

**PREDICAÇÃO DO PONTO DE VISTA DA GRAMÁTICA
DISCURSIVO-FUNCIONAL
PREDICATION FROM THE POINT OF VIEW OF FUNCTIONAL DISCOURSE
GRAMMAR**

Pablo Jardel Oliveira do ROSÁRIO¹

RESUMO

Neste trabalho, objetiva-se fazer uma discussão acerca do fenômeno da predicação de um ponto de vista funcional, especificamente do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015), que propõem a nova vertente do funcionalismo holandês. Especificamente, busca-se i) mostrar quais são os tipos (moldes) de predicação com lexemas verbais previstos pela teoria; ii) mostrar quais são os moldes de predicação com lexemas não verbais também previstos por ela; e, por fim, iii) tentar mostrar, em termos gerais, como essa proposta pode ser aplicada ao português a partir de exemplos prototípicos retirados do *Corpus do Português*. A exposição deste trabalho mostra que a GDF propõe uma tipologia das predicações bastante robusta e que, no português, são relevantes os moldes de predicação de zero lugar, de um lugar, de dois lugares, de três lugares, relacional, classificacional, identificacional e existencial.

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional. Semântica. Predicação.

ABSTRACT

In this work, we aim to discuss the phenomenon of predication from a functional point of view, specifically from the point of view of Functional Discourse Grammar (FDG), by Hengeveld and Mackenzie (2008) and Keizer (2015), who new strand of dutch functionalism. Specifically, we try to i) show which are the types (frames) of predication with verbal lexemes predicted by the theory; ii) show which are the predication frames with non-verbal lexemes also foreseen by it; and, finally, iii) try to show, in general terms, how this proposal can be applied to Portuguese from prototypical examples taken from the *Corpus of Portuguese*. The exposition of this work shows that the FDG is a quite robust typology of predications and that, in Portuguese, the predication frames of zero place, one place, two place, three place, relational, classificational, identificational and existential.

Key-words: Functional Discourse Grammar. Semantics. Predication

¹ Discente do curso de Letras - Português pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, elaborado como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Letras-Português pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido, trata dos moldes de predicação, que, *grosso modo*, dizem respeito à organização das relações entre um elemento predicator (um predicado) e outros termos (os argumentos do predicado), relações estas que podem especificar, de acordo com algumas propostas, o número de argumentos do predicado, sua configuração morfossintática e suas funções semânticas (papéis temáticos, em algumas terminologias) (RAPOSO, 2013, p. 383).

Nas mais diversas línguas, os predicares típicos tomam a forma de lexemas verbais, como ilustram os seguintes exemplos, do *Corpus do Português*:²

- (1) Não chegou minha carta do Enem.
- (2) Aos 44min do segundo tempo, o atacante chutou uma bola que resultaria num gol.
- (3) Segundo o acordo publicado no Diário Oficial da União do dia 23 de julho, a Corregedoria do TSE entrega para a empresa privada os nomes dos eleitores.

Pode-se dizer seguramente que os exemplos (1-3) constituem predicações, já que, em cada um deles, identifica-se um lexema verbal (*chegar*, *chutar* e *entregar*) junto de seus argumentos (*minha carta do Enem*, *o atacante*, *uma bola que resultaria num gol*³, *a Corregedoria do TSE*, *para a empresa privada* e *os nomes dos eleitores*, respectivamente). Em termos descritivos mais tradicionais, costuma-se postular que são os predicados que selecionam os argumentos, a depender de seu caráter semântico. Assim, o predicado em (1) é classificado como um predicado monovalente (de um argumento), o de (2) como bivalente (de dois argumentos), o presente em (3) de tetravalente (de três argumentos) e assim por diante. Estas configurações argumentais de um dado predicado em termos de seus argumentos são

² <https://www.corpusdoportugues.org/>

³ Note-se que, dentro no NP *uma bola que resultaria num gol*, há uma oração relativa que, por sua vez, também possui uma predicação. Isso é possível devido ao caráter recurso da língua.

conhecidas na literatura linguística como *valência* (TESNIÈRE, 1959; PERINI, 2008; BAGNO, 2012).

Muitos estudos têm assinalado a importância das predicações para se entender melhor a estrutura e o funcionamento das línguas, seja em perspectiva descritivista (PERINI, 2008; PERINI, 2016), construcional (GOLDBERG, 1995), gerativista (SYRNO; NUNES; PAGOTO, 2009; HAEGEMAN; 1994) ou funcionalista (FURTADO DA CUNHA; MEDIANEIRA DE SOUZA, 2007)⁴, razão que motiva a escrita deste texto. Esclareça-se que, dentre as diferentes abordagens, este trabalho assume um ponto de vista funcionalista, especificamente o ponto de vista do funcionalismo holandês, representado pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015). A escolha desse modelo teórico é justificado pelo fato de ele oferecer uma grande variedade de categorias analíticas e um modo pelo qual essas categorias podem ser formalizadas. É de interesse central deste trabalho, então, mostrar como a predicação (moldes de predicação, no termos da GDF) é tratada no âmbito deste modelo teórico. Em termos específicos, busca-se: i) mostrar quais são os tipos de predicações de base verbal previstos pela GDF a partir da camada das Propriedades Configuracionais⁵ do seu nível semântico ii) mostrar quais são os tipos de predicações de base não verbal (copular e existencial) previstos pela teoria; e, por fim, iii) mostrar, em termos gerais, como essa proposta pode ser aplicada ao português brasileiro a partir de exemplos do *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

Para cumprir seus objetivos, este trabalho se organiza da seguinte forma: além da parte introdutória acima, das considerações finais e das referências, o texto contém três partes principais. Primeiramente, expõem-se os aspectos relativos à metodologia do trabalho. Depois da metodologia, apresenta-se sucintamente o modelo teórico assumido, isto é, GDF. Depois disso, passa-se ao tratamento da predicação segundo esse modelo teórico e, de seguida, aplicam-se as categorias analíticas da GDF a alguns exemplos do português brasileiro.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

⁴ É importante esclarecer que cada abordagem lida com o fenômeno do seu ponto de vista, o que necessariamente implica em objetivos, procedimentos e terminologias diferentes. Para a Teoria da Regência e Vinculação da gramática gerativa, por exemplo, a configuração dos argumentos é fruto da projeção lexical do predicado, enquanto que, na gramática de construções de Goldberg (1995), é algo mais esquemático que vincula significado independente dos itens lexicais que instanciam.

⁵ Em maiúsculas porque é uma convenção da GDF referir-se às camadas semânticas dessa forma.

2.1 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional, proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), é a nova versão da Gramática Funcional de Dik (doravante, GF) (1989; 1997). Apesar de ambas as teorias terem a mesma orientação tipológica, há duas diferenças fundamentais da GDF com relação à GF, a saber: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 1) tomam o *Ato Discursivo*, e não a sentença, como unidade básica de análise. O outro grande aspecto que diferencia os modelos é a orientação: enquanto a GF possui uma orientação *button-top*, isto é, de baixo para cima, a GDF organiza sua arquitetura em progressão *top-down*, isto é, de cima para baixo. Quer isto dizer que a GDF começa com a intenção do falante e finaliza com a articulação de expressões linguísticas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1-2). Além disso, a teoria inclui representações morfossintáticas e fonológicas como parte de sua estrutura subjacente, ao lado das representações pragmáticas e semânticas dos Atos Discursivos, como apontam os referidos autores. O layout da GDF pode ser visto na seguinte figura:

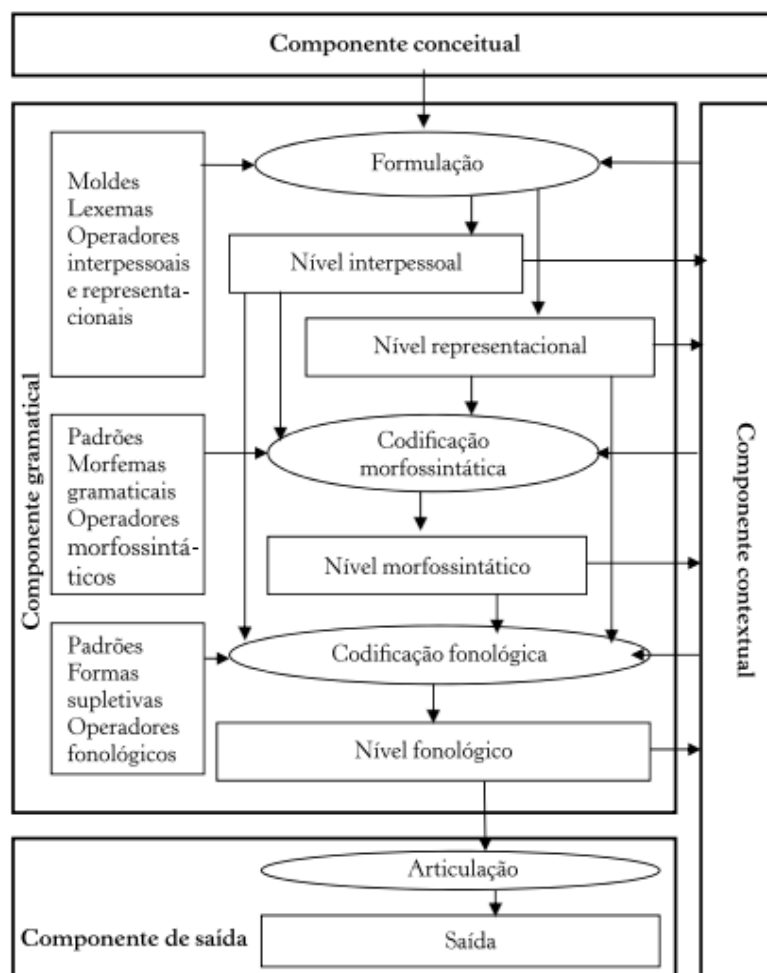


Figura 1: Layout da GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 13)

De acordo com a figura 1, dentro dos vários componentes os círculos contém as operações, as caixas os primitivos usados nas operações e o retângulos os níveis de representação/análise produzidos pelas operações. Os níveis de representação formam o que a GDF chama de Componente Gramatical, que, segundo Pezatti (2014, p. 75), constitui a gramática de uma língua natural. Estes níveis do Componente Gramatical interagem de várias formas com os componentes não linguísticos distinguidos na Figura 1, a saber: o Componente Conceitual (no topo), responsável pelo desenvolvimento de uma intenção comunicativa e pelas conceitualizações associadas com respeito aos eventos extralinguísticos; o Componente Contextual (à direita), que lida com a descrição da forma e do conteúdo dos discursos precedentes e as o relações sociais entre os participantes; e o Componente de Saída, que recebe *input* da gramática e gera os sinais acústicos (no caso de língua falada), expressões gráficas (no caso de língua escrita) ou sinais (no caso de língua de sinais) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 6).

Ainda conforme a Figura 1, no âmbito do Componente Gramatical (no centro) distinguem-se quatro níveis: Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico. Os dois primeiros níveis lidam com o que a teoria chama de **Formulação**, que, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), é a operação que diz respeito às regras que determinam o que constituem as representações pragmáticas e semânticas subjacentes válidas numa língua. Os últimos níveis, por sua vez, lidam com o que, nos termos da GDF, se chama de **Codificação**, operação responsável pelas regras que convertem estas representações funcionais em estruturas morfossintáticas e fonológicas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), a operação de **formulação** faz uso de três processos interligados: a seleção de moldes (*frames*) adequados para os níveis interpessoal e representacional; a inserção de lexemas adequados nestes moldes; e, por fim, a aplicação de operadores que simbolizam distinções gramaticais requeridas na dada língua sob análise. Nos termos da GDF, estes processos são conhecidos como os chamados **primitivos** do componente gramatical. Os moldes são as possibilidades de combinação dos elementos pragmáticos e semânticos (IBIDEM, p. 19). Os lexemas são as unidades semânticas e os operadores são os elementos gramaticais aplicados às camadas do seu respectivo nível.

Uma das particularidades da GDF que deve ser ressaltada aqui é que, na implementação da gramática, os moldes são primeiramente selecionados para, só depois, inserirem-se os lexemas (IBIDEM, p. 19), o que permite uma melhor compreensão de muitos fenômenos, dentre os quais o reflexo das escolhas do falante em descrever uma mesma entidade por meio de uma variedade de lexemas com diferentes conotações e/ou denotações. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 19), tal proposta oferece um modelo natural para a compreensão do fenômeno da coerção, por meio do qual lexemas que são associados a moldes particulares podem ser forçados a expressar intenções em um molde que é usualmente relacionado a lexemas de outras classes. Como diz Keizer (2015), o molde configura-se como uma estratégia do usuário da língua.

2.2 A representação subjacente das camadas

Cada nível de representação/análise distinguido na GDF é estruturado de sua maneira. Mas o que todos os níveis têm em comum é sua organização hierárquica em camadas (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 14). A ideia da organização gramatical em camadas

têm sido difundida por muitos modelos gramaticais, dentre os quais se citam a Gramática de Papel e Referência (VAN VALIN; LAPOLLA, 1997), a Gramática Funcional (HENGEVELD, 1989) e Gramática Generativa (POLLOCK, 1980). Na perspectiva da GDF, as camadas, em sua forma máxima, possuem a seguinte estrutura geral:

$$(4) (\pi v_1: [\text{head}(v_1)_\Phi]: \sigma(v_1)_\Phi])_\Phi$$

O que esta formalização mostra é o seguinte: i) cada camada é simbolizada por uma variável indexada (v); ii) cada variável pode ser expandida por item lexical ou por uma representação complexa de uma camada inferior, que será seu núcleo; iii) cada núcleo pode ser posteriormente modificado por um ou mais modificadores (σ), estratégia também amparada em um item lexical ou numa representação completa de outra camada; iv) cada variável pode ser especificada por um ou mais operadores (π), que são expressos gramaticalmente; v) Por último, as unidades em cada camada podem ter uma função (Φ) (IBIDEM, p. 49).

Esclareça-se que esta é apenas uma breve apresentação do modelo, uma vez que não há espaço neste escrito para uma exposição mais pormenorizada da teoria. Na próxima subseção, passa-se ao Nível Representacional, o relevante para a discussão.

2.3 O Nível Representacional (NR): semântica na GDF

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 128), o Nível Representacional lida com os aspectos semânticos de uma unidade linguística. Em outros termos, é o nível responsável pelo estabelecimento da relação que a língua mantém com os possíveis mundos que ela descreve e, dessa forma, umas das noções de semântica adotado pela teoria é o mesmo que o de Halliday e Matthiessen (2014) no que se refere à ‘ideação’.

Assim como os outros níveis, o NR é organizado hierarquicamente em camadas. Neste nível, as camadas responsáveis pela estrutura semântica são: Conteúdo Proposicional (p), que é construto mental que só pode ser qualificado em termos de atitudes proposicionais e em termos de sua fonte de origem; Episódio (ep), definido como uma sequência de Estado de Coisas tematicamente coerente que apresenta continuidade de espaço, tempo e de indivíduos; Estado de Coisas (e), que é uma situação real ou hipotética que o falante tem em mente; e, por

fim, Propriedade Configuracional (f), que é uma combinação de unidades semânticas que não mantêm entre si relações hierárquicas, abrangendo categorias semânticas de várias ordens, tais como Indivíduos (x), Localização (l), Tempo (t), etc. (HENGEVELD; MACKENZIE, 139). É, resumidamente, a camada que lida com as relações entre uma propriedade lexical (predicado) e seus argumentos (HENGEVELD, 2011; HENGEVELD, 2017). É importante ressaltar que, na estrutura proposta pela GDF, é possível captar diferentes relações de escopo entre as camadas, já que elas se organizam hierarquicamente.

Uma vez que, *par default*, é a predicação que fornece a caracterização básica do Estado de Coisas segundo a GDF (KEIZER, 2015, p. 126), faz-se necessário fazer algumas considerações sobre essa camada também.

2.4 A noção de Estado de Coisas

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 166), o Estados de Coisas (e) é algo que pode, ou não, ocorrer em um dado mundo. Em outras palavras, é um evento que pode ocorrer no tempo. E, como explicitado acima, é definido também como uma situação real ou hipotética que o falante tem em mente (HENGEVELD, 2011; HENGEVELD, 2017; DALL'AGLIO HATTNER; HENGEVELD, 2016). Por ser uma situação de que fala o usuário da língua, essa categoria semântica está sujeito a uma série de operações, como, por exemplo, ser localizada no espaço e no tempo, aspecto que a diferencia da categoria ontológica Conteúdo Proposicional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

O núcleo da camada do Estado de Coisas tanto pode ser lexical, vazio, ausente ou configuracional, sendo este último relevante aqui, que, segundo os referidos autores, é formado por uma camada inferior do NR, a Propriedade Configuracional, já referida acima (f^c) (relembre-se o que foi dito na subseção 3.2). De acordo com Keizer (2015, p. 126), esse tipo de núcleo é o modo padrão de designar Estados de Coisas, como já explicitado. Interessante também é a afirmação de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 136) segundo a qual a configuração padrão usada no Nível Representacional é a descrição de um Estado de Coisas com um núcleo complexo, o que revela a importância dada pelos autores à predicação no que se refere à estrutura semântica das línguas naturais.

3 NOTAS SOBRE A METODOLOGIA

Esta trabalho é de cunho teórico, uma vez que o objetivo central da proposta é mostrar como a arquitetura semântica da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015), lida com os moldes de predicação. Ressalte-se que, para cumprir este objetivo, muitos dos próprios exemplos oferecidos pela teoria são utilizados na exemplificação neste trabalho.

Para ilustrar como a proposta aplica-se à análise e descrição das estruturas semânticas do português, são coletados exemplos do *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>), especificamente do Banco de dados *Web/Dialetos*, que contém dados do português da contemporaneidade.

Para coleta dos exemplos nesse *corpus*, utilizou-se os seguintes parâmetro de busca:

- pesquisa por lexemas verbais que designam fenômenos da natureza⁶ (para a coleta do molde de zero lugar);
- pesquisa por lexemas verbais que designam processos (para a coleta do molde um lugar);
- pesquisa por lexemas verbais que designam ações (para a coleta do molde de dois lugares);
- pesquisa por lexemas verbais que designam transferências (para a coleta do molde de três lugares);
- pesquisa pela cópula *ser* e por verbos que designam apresentação (para a coleta das construções copulares e existencial).

Feitas estas considerações acerca da metodologia, passa-se agora a expor os moldes de predicação previstos pela GDF, começando por considerações mais gerais acerca da concepção da predicação pela teoria para, depois, se passar aos aspectos mais específicos (número e papel dos participantes).

4 PROPRIEDADE CONFIGURACIONAL

Na estrutura semântica proposta pelo Nível Representacional da GDF, as **Propriedades** (f) desempenham um importante papel, tendo em vista que elas constituem

⁶ Para uma melhor compreensão da semântica dos predicados no português, vê Neves (2000).

elementos com conteúdo descritivo (semântico) necessário para designar entidades, o que faz com que elas sejam de fato a unidade básica de análise desse nível da teoria (KEIZER, 2015, p. 156). E as **Propriedades Configuracionais** (f^c), segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 181), constituem o inventário de moldes de predicação relevantes numa língua. A GDF tem a grande vantagem de fazer a distinção entre camada dos moldes de predicação (que são o núcleo configuracional dos eventos) da camada do próprio Estado de Coisas (e), pois isso viabiliza o atendimento de categorias gramaticais que operam em diferentes níveis semânticos, como a modalidade, o tempo e o aspecto, por exemplo.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 181), nos Estados de Coisas mais comuns, os subcomponentes prototípicos são Propriedade (f) e Indivíduos (x),⁷ para quem as propriedades são atribuídas. Considere-se o seguinte exemplo em (5) e sua representação semântica em (5b):

(5) O gato comeu um rato.

NI⁸: T R R

(5b) (e_i : [$(f^c$: (f_i : comer (f_i)) (x_i : (f_j : gato (f_j)) (x_i))_A (x_j : (f_k : rato (f_k)) (x_j))_U (f^c)] (e_i))

O que esta formalização mostra é que (e_i) é caracterizado por uma Propriedade Configuracional (f^c). É configuracional porque é composta de uma combinação de unidades semânticas que não estão numa relação hierárquica umas com relação às outras, as quais, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 139), podem incluir categorias semânticas de várias ordens (Propriedades, Indivíduos, Localização, Tempo, etc.), como dito anteriormente. E é aqui que, na GDF, têm papel crucial os moldes de predicação, pois são eles que determinam as possibilidades de combinação dessas unidades, que, juntas, constituem um molde (IBIDEM, 2008, p. 139). Aponte-se também que, nesta formalização, há indicação

⁷ Na GDF, Indivíduos (x) são definidos como uma categoria semântica de primeira ordem e, como tal, pode ser localizado no espaço e ser avaliada em termos de sua existência (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 131). Em termos de moldes de predicação, os indivíduos costumam ocupar os espaços argumentais.

⁸ NI: Nível Interpessoal (pragmático). O T significa que essa Propriedade (f) nesse SoA designado tem como correlato interpessoal um Subato de Atribuição, que é uma tentativa de o falante evocar uma propriedade. O R, por sua vez, significa que os indivíduos (x) deste SoA descrito semanticamente tem como contraparte pragmática Subatos Referenciais, que é uma tentativa de um falante evocar um referente de que pretende falar. Esta distinção de Subatos é importante, sobretudo na distinção entre algumas construções copulares, como se verá.

quanto às distinções valenciais tanto quantitativas quanto qualitativas: quantitativamente, (3) é valência 2. Qualitativamente, as propriedades em posição argumental designam indivíduos (x_i e x_j) e desempenham as funções semânticas de *Ativo* (A) e *Inativo* (U), respectivamente. Em suma: um molde de predicação diz respeito ao modo de combinação de um predicado com um ou mais participantes obrigatórios na descrição de um evento.

As possibilidades de combinação de unidades semânticas não são dadas universalmente, mas precisam ser determinadas para cada língua de forma individual (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 182). Há, por exemplo, línguas que permitem valência zero e outras que têm como valência sintática mínima um. Observe-se os seguintes exemplos do espanhol e do inglês, retirados de Hengeveld e Mackenzie (2008):

- (6) Está lloviendo. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 182)
 ‘Está chovendo’

T

- (6b) (e_i : [(prog f^r : (f_i llover (f_i)) (f^r))] (e_i))

- (7) It is raining. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 182)
 ‘Está chovendo’

T

- (7b) (e_i : [(prog f^r : (f_i : rain (f_{i7})) (f^r))] (e_i))

O que (6) e (7) mostram é que, morfossintaticamente, o espanhol se diferencia do inglês nas descrições dos eventos. Na ausência de um argumento semântico referencial, o inglês requer a inserção de um sujeito gramatical em moldes de predicação da valência zero, diferentemente do espanhol (IBIDEM, p. 183). Levando em consideração que este elemento na posição de sujeito é um item semanticamente vazio, pode-se dizer que, de um ponto de vista semântico, o inglês, assim como espanhol, permite predicções de zero lugar (sem argumentos), mas, diferentemente do espanhol, esta língua requer um constituinte na posição de sujeito para satisfazer uma exigência morfossintática da língua, como observam Hengeveld e Mackenzie (2008). Observe-se bem a representação semântica subjacente em (6b), que,

Semanticamente, o número de participantes (tipicamente Indivíduos) em um Estado de Coisas depende, em parte, do tipo de Propriedade Lexical (predicado) selecionado, como diz Keizer (2015, p. 127). Em uma língua como a portuguesa, por exemplo, uma propriedade como *chutar* requer a presença de dois participantes, enquanto uma propriedade como *entregar* requer três. Apesar de, então, existirem relações mais naturais entre algumas propriedades e alguns moldes de predicação, a GDF também defende que, a depender da situação que o falante deseja descrever e em qual enquadramento desejar encaixar tal situação, ele poderá selecionar uma propriedade e um molde de predicação menos prototípico (KEIZER, 2015, p. 128). Observem-se os seguintes exemplos do português:

(8b) (e_i: [f^c: (f_i: afundar (f_j)) (x_i: —navio que nem Deus podia afundar— (x_j))₁₁ (f^c)] (e_i))

$$(9b) \text{ (e}_i\text{): } [\text{f}^c\text{: (f}_j\text{: afundar (f}_i\text{)) (x}_i\text{)}_A \text{ (x}_i\text{)}_U \text{ (f}^c\text{)}] \text{ (e}_i\text{)})$$

Em (8), a propriedade *afundar* é inserida em um molde de predicação de um lugar, enquanto em (9) a mesma propriedade é inserida em um molde de dois lugares, como

mostram claramente suas respectivas representações formais. Segundo Keizer (2015), esse fato pode ocorrer porque o Falante pode ter diferentes pontos de vista sobre um mesmo evento. Isso mostra que, independentemente de se ter moldes de predicação prototípicos para determinadas propriedades, o sistema pode ser flexível, a depender das intenções comunicativas do Falante. Verifica-se que, pragmaticamente, em (8), evoca-se uma propriedade e apenas um referente (T e R), enquanto, em (9), evoca-se uma propriedade e dois referentes (T, R e R), o que mostra determinações interpessoais nas representações semânticas.

Interessa pontuar ainda um dos princípios da GDF. Relembre-se que, como explicitado antes neste trabalho, na implementação da gramática, os moldes (*frames*) são selecionados antes para, só depois, inserirem-se os lexemas. Quer isto dizer que isto reflete as escolhas do Falante a depender de suas necessidades expressivas. Dessa forma, a GDF é um modelo de que fornece uma abordagem natural para se entender a coerção, fenômeno por meio do qual lexemas fortemente associados a moldes particulares podem ser forçados, por necessidades expressivas, a entrar em moldes associados a lexemas de outras classes (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 19).

Parece, então, ser possível questionar o que a Teoria da Regência e Vinculação gerativista chama de Princípio de Projeção (*Projection Principle*), que, segundo Haegeman (1994, p. 55), diz respeito ao pressuposto de que informações lexicais são representadas sintaticamente e, inclusive, determinam como a estrutura deva ser. Ainda com inspiração gerativista, Miotto, Cristina e Silva (2007, p. 140) dizem que o Princípio de Projeção procura garantir que não se pode aumentar ou diminuir o número de argumentos na derivação de uma sentença. Contudo, se de fato as informações lexicais determinam a estrutura (em sentido amplo), como explicar os exemplos (8) e (9), em que um mesmo item lexical (*afundar*) figura em duas estruturas de predicações distintas? Seria o caso de se postular que *afundar* possui, inerentemente, duas informações lexicais distintas? Parece que essa solução não seria tão econômica.

Sobre esse caso específico, é bastante pertinente a crítica ao modelo de Chomsky (1981) feita por Goldberg (1995) em seu estudo sobre a estrutura argumental do inglês. Em um modelo em que é a informação lexical que vai determinar quantos termos terão em uma estrutura, fica implicado então que o verbo (que desempenha papel central) “é análogo ao predicado da lógica formal, que possui um número inerente de argumentos distintos”

(GOLDBERG, 1995, p. 11, tradução nossa).⁹ Para rejeitar essa ideia, Goldberg (1995, p. 11) mostra, por exemplo, o caso do verbo inglês *kick*, que, segundo ela, pode figurar em oito estruturas argumentais distintas.

O que dá base, afinal, à proposta construcional da referida autora é a ideia de que as sentenças básicas de uma língua são instâncias de *construções*, entendidas como pareamentos de forma e significado que veiculam sentido independente dos itens lexicais que as instanciam (GOLDBERG, 1995, p. 1). Nesse modo de ver, “o verbo principal pode ser compreendido em termos de sua combinação com uma construção de estrutura argumental (transitiva, intransitiva, ditransitiva, etc.) (GOLDBERG, 2006, p. 6, tradução nossa).¹⁰

Verifica-se, desse modo, que tanto o modelo da GDF quanto o modelo construcional de Goldberg (1995) oferecem base coerente para se entender melhor a flexibilidade nas configurações de complementação (estrutura argumental) dos itens predadores. O que diferencia as propostas é que, na GDF, a configuração dos argumentos é dada a partir da seleção do molde (*frame*), enquanto no modelo construcional referido tal configuração baseia-se na construção de estrutura argumental (*argument structure construction*).

5 VALÊNCIA QUANTITATIVA

Nesta seção, fala-se da valência quantitativa segundo a estrutura semântica proposta pela GDF. Em cada caso, se oferecerá um exemplo (ou mais) e uma representação formal simplificada. Ressalte-se que os exemplos ilustrativos são extraídos de Hengeveld e Mackenzie (2008), a referência central deste trabalho.

Moldes de predicação de zero lugar são, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 186) não configuracionais, já que atribuem uma propriedade diretamente a um Estado de Coisas, como no seguinte exemplo do inglês:

(10) It rained (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 186)

‘Choveu’

T

⁹ [...] the verb is analogized to the predicate of formal logic, which has an inherent number of distinct arguments.

¹⁰ the main verb can be understood to combine with an argument structure construction (e.g. transitive, intransitive, ditransitive, etc.).

(10b) (f_i : rain (f_i))

Diferentemente da propriedade de zero lugar, o *molde de predicação de um lugar* é configuracional, no sentido de que, tipicamente, é constituída de uma combinação de duas unidades semânticas (uma propriedade e um participante). E, segundo a GDF, as categorias semânticas dos argumentos podem variar. O seguinte exemplo ilustra:

(11) The boy is swimming (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 186)

‘O menino está nadando’

T R

(11b) (f^c : [(f_i) (x_i) $_{\Phi}$] (f^c))

Propriedades de dois lugares, por sua vez, são propriedades com espaços para dois participantes em um Estado de Coisas designado. Em termos mais tradicionais, estas propriedades equivalem às construções transitivas, nas quais se descrevem um evento (tipicamente dinâmico) com duas entidades envolvidas, como por exemplo:

(12) She kicked him (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 188)

‘Ela o chutou’

T R R

(12b) (f^c : [(f_i) (x_i) $_{\Phi}$ (x_j) $_{\Phi}$] (f^c))

Já as *propriedades de três lugares* são aquelas que caracterizam um Estado de Coisas com três participantes. Corresponde ao que se conhece em outras abordagens por construção ditransitiva (GOLDBERG, 1995):

(13) Sheila put the book on a shelf (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 188)

‘A Sheila colocou o livro em uma prateleira’

T R R R

(13b) (f^c : [(f_i) (x_i) $_{\Phi}$ (x_j) $_{\Phi}$ (l_k) $_{\Phi}$] (f^c))

A GDF também prevê *propriedades de quatro lugares*. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 189), moldes de predicação de quatro argumentos são raros translinguisticamente. Segundo os autores, os melhores exemplos são de construções causativas derivadas em línguas que possuem moldes de predicação de três lugares e os estendem para moldes de quatro lugares por meio da aplicação da derivação causativa. Um exemplo que os autores oferecem é o seguinte, do turco:

(14) Ben Hasan-a sürahi-yi dolad-a Koy-dur-du.m
(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 189)

‘Eu fiz Hasan colocar o jarro no armário’ (tradução nossa)

(14b) T R R R R
(f^c: [(f_i) (x_i)_Φ (x_j)_Φ (x_k)_Φ (l_i)_Φ] (f^c))

5.1 Valência qualitativa

Na GDF, as distinções valenciais qualitativas dizem respeito à categoria semântica dos argumentos e o modo como eles são expressos, em termos de sua função semântica¹¹ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 184). No que refere às categorias semânticas subjacente aos argumentos, a GDF parte da ordem das entidades proposta por Lyons (1977), que distingue entidades de primeira ordem (indivíduos), de segunda ordem (Estados de Coisas) e terceira ordem (Conteúdos Proposicionais). Mas a GDF adiciona uma outra categoria a essa lista, chamada de Propriedade, que somente pode ser aplicada a outras entidades. Como já foi dito acima, a categoria semântica dos argumentos da predicação pode variar. Observem-se os seguintes exemplos:

(15) That colour is ugly (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 186)
‘Essa cor é feia’

¹¹ Papéis temáticas em outras teorias.

(15b) (f^c : [(f_i) (f_i) $_{\Phi}$] (f^c))

(16) Her hope faded way (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 186)

‘Sua esperança acabou’

(16b) (f^c : [(f_i) (p_i) $_{\Phi}$](f^c))

Em (15), o argumento *colour* é da categoria semântica Propriedade, pois é uma entidade que não pode ser caracterizada em termos de espaço e de tempo, não existindo independentemente e sendo somente avaliada em termos de sua aplicabilidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 131), e, por isso, é marcada pela variável (f) na representação. Em (26), por sua vez, o argumento *hope* é da categoria semântica conteúdo proposicional, pois é um construto mental avaliado em termos de sua verdade. E, sendo de terceira ordem, é marcada na representação pela variável (p).

Convém, ainda, pontuar que não são somente elementos semânticos, isto é, camadas representacionais que podem figurar nos lugares argumentais no âmbito de uma predicação. Como a própria GDF postula, alguns predicados que tomam orações como complemento (*complement-taking predicates*) podem, inclusive, ter camadas interpessoais (pragmáticas) entre seus complementos (CAMACHO *et al*, 2021, p. 85; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 362). Um pouco mais de detalhes sobre isso será dado quando se tratar dos moldes do português.

No que se refere às funções semânticas, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 195) dizem que elas são reflexos gramaticais da consciência cognitiva de que os participantes em um Estado de Coisas podem: a) desempenhar diferentes papéis no evento descrito na sentença (se o Estado de Coisas é tratado na gramática como uma Propriedade); b) desempenhar o mesmo papel no evento (se o Estado de Coisas é tipo classificacional ou identificacional); c) não desempenhar papel algum no evento (se a construção é do tipo existencial). Quanto à tipologia das funções semânticas, a GDF reconhece estas três basilares¹²:

¹² A GDF ainda reconhece outra função semântica, denominada *Referência* (Ref), atribuída a argumentos únicos de nomes relacionais, itens que denotam posse inalienável, etc. Esta função, no entanto, não será considerada aqui.

- a) *Ativo*: é o participante que desempenha o papel mais ativo no Estado de Coisas designado pela predicação (KEIZER, 2015, p. 133).
- b) *Inativo*: é o participante que desempenha um papel passivo no Estado de Coisas designado pelo predicado e seus argumentos (KEIZER, 2015, p. 133).
- c) *Locativo*: é a localização, em termos mais gerais, onde ocorre o Estado de Coisas designado (KEIZER, 2015, p. 133).

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 195), o participante ativo prototípico é aquele que se envolve volitivamente no evento, enquanto que o inativo prototípico é o indivíduo afetado de maneira não volitiva nesse evento. No entanto, como alertam Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 196), participantes ativos e inativos podem ser associados com outras propriedades semânticas menos prototípicas, de modo que as línguas se diferenciam à medida que permitem atribuir a entidades não prototípicas algum papel tendo em vista o seu comportamento gramatical. Observem-se estes exemplos oferecidos pelos autores:

(17) César destruiu a cidade.¹³

(18) A tempestade destruiu a cidade (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196)

Em (18), não se pode dizer que a entidade *a tempestade* envolveu-se intencionalmente na destruição da outra entidade (*a cidade*) no Estado de Coisas, mas, diferentemente desta, *a tempestade* não é afetada, sendo, portanto, associada com a função semântica ativa, assim como o SN *César*, em (1). Dessa forma, a GDF defende que, embora a consciência cognitiva reconheça facilmente uma diferença entre *César* e *a tempestade*, esta diferença pode ser reduzida na oposição entre ativo e inativo na gramática (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196).

Note-se que, em termos de comportamento gramatical nas orações, tanto *César* quanto *a tempestade* são codificados sintaticamente por sintagmas nominais, são sujeitos combinados com verbo finito em forma ativa, ocupam a mesma posição linear na oração e, como já mencionado antes, não são afetados dentro do Estado de Coisas. Aqui, vê-se o que se entende

¹³ *Caesar destroyed the city*

por *Princípio da Codificação Formal* do modelo, que orienta que funções semânticas adicionais só são incluídas na gramática de uma língua se elas forem refletidas sistematicamente em sua forma (KEIZER, 2015, p. 133; HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 194).

Assumindo este princípio da GDF, é possível elaborar propostas que incluam, por exemplo, funções semânticas variadas dentro de uma mesma categoria (*agente* e *causador*, por exemplo)¹⁴ se se hipotetizar que elas podem ter o mesmo comportamento formal, tal como se observou em (2) e (3). Mas ressalte-se que, para terem validade, estas propostas precisam ser testadas.

No âmbito do molde de predicação, a diferença entre ativo e inativo é mais clara quando o molde caracteriza um Estado de Coisas do tipo dinâmico, isto é, aquele que designa uma mudança de estado (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196). Nem todos os eventos são dinâmicos, de modo que a GDF faz uma importante distinção entre os que são dinâmicos e os que não são. Os primeiros requerem uma espécie de *input* de energia, enquanto que os últimos, não (IBIDEM, 2008, p. 196). Hengeveld e Mackenzie (2008) ainda dizem que uma importante característica dos não dinâmicos é a ausência de uma entidade que desempenha a função ativa.

Quanto à caracterização da função semântica *Locativa*, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 197) afirmam que, nos Estados de Coisas dinâmicos, esse papel abarca uma variedade de distinções espaciais, a saber: *Ablativo*, que indica a fonte do movimento; *Perlatoivo*, que indica o caminho do movimento; *Alativo*, o qual indica o ponto final do movimento e, como tal, abarca outras distinções como *Recipiente*, *Beneficiário* e *Objetivo Espacial*; e, por fim, *Aproximação*, que indica um ponto em direção para o qual há um movimento.

Feitas estas considerações gerais acerca das funções semânticas na perspectiva da GDF, pode-se afirmar, então, que, nas propriedades configuracionais de três lugares, a diferença na consciência cognitiva é necessariamente dividida nestas três funções semânticas (HENGVELD; MACKENZIE, 2008, p. 197). Observe-se o seguinte exemplo:

¹⁴ Note-se que *agente* e *causador* seriam justamente os papéis temáticos atribuídos aos sujeitos dos exemplos (17) e (18) respectivamente de acordo com literatura corrente. Mas, como é possível observar, ambos os constituintes têm o mesmo comportamento formal, razão pela qual se pode dizer que essa distinção entre *agente* e *causador* não é gramaticalmente relevante. No que se refere à língua portuguesa, Perini (2008, p. 192) parece ter chegado à mesma conclusão.

(19) Bimba transferiu a prática da capoeira da rua para um recinto fechado¹⁵

No Estado de Coisas caracterizado pelo molde de predicação em (4), o indivíduo *Bimba* é associado com a função semântica de *Ativo*, pois envolve-se volitivamente nesse evento. O argumento *a prática da capoeira*, por sua vez, cumpre a função semântica de *inativo*, uma vez que é a entidade afetada no Estado de Coisas. Como estes dois argumentos já foram associados às suas respectivas funções semânticas, o bloco *da rua para um recinto fechado* deve necessariamente ser associado à função semântica de *Locativo*, pois, em se tratando de Estados de Coisas dinâmicos nucleados por Propriedades Configuracionais de valência 3, como em (4), a consciência é dividida nas três macrofunções (*ativo, inativo e locativo*), como já explicitado.

Note-se que as três funções discutidas aqui se relacionam a Estados de Coisas que representam a realidade externa. Mas há também os Estados de Coisas que representam o domínio dos estados e dos processos psicológicos (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 201). De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2009, p. 201), experiências tipicamente envolvem dois participantes (um experienciador e um fenômeno). Com relação a isso, os autores pontuam que tem sido observado que os fenômenos experienciais não tendem a ter sua própria organização gramatical, de modo que sua gramática é modelada a partir de não experiências. Então, os autores afirmam que a gramática experiência pode ser restringida às funções *Paciente* e *Lugar*, de modo geral¹⁶.

6 CONSTRUÇÕES COPULARES E EXISTENCIAL

A caracterização dos moldes de predicação oferecida anteriormente deu-se a partir de dois parâmetros básicos: o número de participantes envolvidos do Estado de Coisas designado (valência quantitativa) e suas funções semânticas (valência qualitativa). Mas a GDF também reconhece alguns tipos especiais de Estados de Coisas, que tipicamente incluem o verbo *ser*, que não podem ser classificados com base na propriedade verbal que eles contêm (KEIZER,

¹⁵ Exemplo retirado do *Corpus do Português*, disponível em www.corpusdoportugues.org.

¹⁶ PEZZATI (2017) observa no entanto que, no português, o experienciador é sempre moldado como ativo e o fenômeno experienciado pode ser locativo, quando designa a origem da experiência, ou inativo. No entanto, o traço não-afetado do fenômeno pode fazer com que se atribua a função ativa a ele (nesse caso sendo sujeito).

2025, p. 136). No modelo, um verbo como *ser* é analisado como um elemento gramatical introduzido na codificação morfossintática para satisfazer a necessidade das informações de tempo e de número. Assim, esse verbo funcional não aparece no Nível Representacional por não ser um elemento descritivo.

Segundo a GDF, há três tipos básicos de construções copulares: propriedade relacional, propriedade classificacional e propriedade identificacional. A *propriedade relacional* é ilustrada pelo seguinte exemplo:

(20) This play is *by Shakespeare* (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 190)

‘Esta peça é *de Shakespeare*’

T R R

(20b) (f^c : [$(f_i$: (x_i) $_{\Phi}$ (f_i)) (x_j) $_{\Phi}$] (f^c))

Neste exemplo, um sintagma preposicional é usado para descrever a propriedade atribuída ao argumento único. Nestes casos, é o sintagma preposicional que funciona como um predicado não verbal. Segundo Keizer (2015), este tipo de construção é chamada de relacional porque é a preposição que especifica a relação semântica entre o predicado e seu argumento (localização e fonte, por exemplo). Cumpre dizer ainda que, em (20), o sintagma preposicional em itálico corresponde a um Subato de Atribuição, uma tentativa do falante de evocar uma Propriedade. Ou seja, não é argumento do verbo *to be*, que é item suporte da morfossintaxe.

A *propriedade classificacional*, por seu turno, é exemplificada com a seguinte sentença:

(21) That man is a painter (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 191)

‘Aquele homem é um pintor’

T R

(21b) (f^c : [$(x_i$) (x_j) $_{\Phi}$] (f^c))

Como se pode perceber, essa construção consiste de dois sintagmas nominais, sendo que o segundo é indefinido. Neste tipo de configuração, o propósito é classificar a entidade referida pelo sujeito, por isso são chamadas de propriedades identificacionais (KEIZER, 2015, p. 137). Especificamente no caso de (21), um indivíduo (*man*) é associado a uma classe geral. Acentue-se o fato de que, em construções classificacionais, os dois elementos devem sempre pertencer à mesma categoria semântica. Mas, pragmaticamente, estes dois elementos já não são equivalentes, como mostra claramente a representação formal em (21b): (x_i) corresponde a um Subato de Atribuição (T), enquanto (x_j) corresponde a Subato Referencial (R). Isso mostra que existe uma grande diferença entre designar/denotar (semântica) e referenciar/evocar (pragmática).

O exemplo seguinte ilustra a *propriedade identificacional*:

(22) John is my best friend (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 193)

‘John é o meu melhor amigo’

R R

(22b) (f^c : [$(x_i) (x_i)$] (f^c))

Assim como a propriedade classificacional, a propriedade identificacional consiste tipicamente de dois sintagmas nominais. Mas a diferença fundamental entre estes dois tipos de construção é que, ao invés de ter um Subato Referencial (R) e um Subato de Atribuição (T), a construção identificacional combina dois Subatos Referenciais (R e R) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 193), como mostra a representação formal. Assim, os dois constituintes desse molde são usados para se referir a mesma entidade (por isso os dois indivíduos são representados por variáveis co-indexadas (x_i)).

No seguinte exemplo ilustra-se o último molde discutido nesta seção:

(23) There are lions (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 194)

‘Há leões’

R

(33b) (e_i : [(x_i)] (e_i))

Esta sentença ilustra a construção que a GDF chama de existencial (KEIZER, 2015, p. 138). Assim como ocorre nas construções copulares acima, o verbo *to be* é analisado como um *dummy*, e, assim, não é passível de representação semântica. E, assim como este verbo, o item *there* é também um elemento vazio semanticamente, servindo apenas para preencher a necessidade da língua de se ter um sujeito morfossintático. Assim, a função dessa construção é simplesmente designar uma simples entidade.

7 MOLDES DE PREDICAÇÃO NO PORTUGUÊS

Nesta seção, tenta-se mostrar, em linhas gerais, como a tipologia dos moldes de predicação proposta pela arquitetura semântica da GDF pode ser aplicada ao português. Para isso, este trabalho apoia-se largamente em descrições prévias já presentes nas gramáticas de referência (CASTILHO, 2012; BAGNO, 2012; PERINI, 2016; NEVES, 2000) e em outros trabalhos importantes (PEZATTI, 2017; CYRINO; NUNES PAGOTO, 2009). A ideia geral é mostrar como as categorias representacionais da GDF servem para descrever e analisar estruturas semânticas do português e fazer algumas representações formais. Com base, então, na arquitetura da GDF, pode-se dizer que, no português, são relevantes os seguintes moldes para a descrição de Estados de Coisas (CASTILHO, 2012):

- Propriedade de zero lugar;
- Propriedade de um lugar;
- Propriedade de dois lugares;
- Propriedade de três lugares;
- Propriedade relacional;
- Propriedade classificacional;
- Propriedade identificacional;
- Propriedade existencial.

Como se pode perceber, não é relevante no português a propriedade de quatro lugares. Isto é natural, pois, como dito acima, a GDF reconhece que línguas com sistemas gramaticais que permitem quatro participantes em um Estado de Coisas são consideradas raras. No

entanto, alguns autores postulam a existência de predicções com quatro argumentos no português brasileiro, como, por exemplo, Bagno (2012, p. 505). O autor oferece o seguinte exemplo:

(34) Ana levou Valéria da escola para o cinema. (BAGNO, 2012, p. 515).

A justificativa para o autor postular quatros argumentos aí é que o verbo *levar* abre espaço para as seguintes dimensões: *quem* leva, *quem* é levado, *de onde* é levado e *para onde* é levado. Mas, do ponto de vista deste trabalho, parece ser mais coerente defender que, na verdade, o bloco *da escola para o cinema* trata-se um único argumento locativo complexo que encerra duas distinções espaciais já mencionadas acima: *ablativo* (da escola), que indica a origem, e *alativo* (para o cinema), que indica o ponto final de um movimento. Assim, (34) pode ser analisado como um molde de três lugares. Note-se que esta análise também pode ser estendida a outros lexemas verbais que, supostamente, são classificados como de quatro argumentos em alguns dicionários de valência, como *transferir*. Dito isto, passa-se aos moldes com exemplos do português, começando pelo de *zero lugar*, exemplificado abaixo:

(35) Chove muito (<http://ateus.net/artigos/miscelanea/o-livro-do-desassossego/>)

Como já dito, propriedades de zero lugar não constituem de fato propriedades configuracionais, uma vez que não há atribuição de propriedade a qualquer participante. Em português, este tipo de Estado de coisas é codificado por construções impessoais e intransitivas (CASTILHO, 2012). Entre os lexemas verbais que tipicamente descrevem esse tipo de evento estão os que denotam fenômenos da natureza (PERINI, 2016, p. 108). Na GDF, o Estado de Coisas designado por (35) pode assim ser analisado:

T

(35b) (e_i: (f_i: chover (f_j)) (e_i:) [σ (e_i))

Note-se que, pela representação, é possível observar que há a evocação de um Subato de Atribuição (T) sem qualquer Subato Referencial (R), o que quer dizer que o falante

tenta evocar uma propriedade, mas não a atribui a nenhuma entidade específica, conduzindo, assim, à seleção de um molde de predicação de zero lugar na semântica. Aponte-se que, por não ter nenhum participante no Estado de Coisas, não há nenhuma função semântica a ser assinalada.

A propriedade de um lugar é ilustrada no português abaixo:

(36) [...] As focas diminuíram na região
(<http://www.bibliotecavirtual.celepar.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=84>)

(37) Eles trabalham em algumas empresas (adrenaline.uol.com.br)

Os exemplos (36) e (37) ilustram bem os dois tipos de Estados de Coisas dinâmicos de um lugar que são também conhecidos como inacusativo (36) e inergativo (37) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 197). O inacusativo ocorre com participante único de função semântica inativa, enquanto os inergativos ocorrem com participante único com função semântica ativa. Conclui-se, então, que, nos moldes de um lugar, os argumentos podem tanto ser ativos quanto inativos. Na literatura, há bastante caracterizações oferecidas pelo que se conhece como verbos inacusativos. Segundo Castilho (2012) e Bagno (2012), por exemplo, os argumentos únicos desses verbos comportam-se semelhantemente aos objetos diretos dos verbos transitivos, como, por exemplo, não controlar a ação descrita pelo predicado. (36) e (37) podem ser assim representados na GDF:

T	R
(36b) (e _i : [(f ^c : (f _i : diminuir (f _i)) (x _i : (f _j : foca (f _j)) (x _i)) _U (f ^c))] (e _i): [σ(e _i))	

T	R
(37b) (e _i : [(f ^c : (f _i : trabalhar (f _i)) (x _i) _A (f ^c))] (e _i): [σ(e _i))	

Como se pode ver, (36b) e (37b) ilustram Estados de Coisas caracterizados por Propriedades Configuracionais (f^c), que estabelecem as relações entre o predicado e seus argumentos. Note-se que, apesar de ambas as predicações terem argumentos que designam

indivíduos (x), elas se diferenciam no sentido de que em uma delas o participante é inativo (_U) e na outra é ativo (_A). Por último, aponte-se que, diferentemente da propriedade de zero lugar, na de um lugar há a evocação de uma propriedade e de um referente (T e R). Na GDF, são também previstas propriedades de um lugar não dinâmicas e, assim, com um único participante inativo. No português, este tipo construção é codificada (mas não só) pelo que tradicionalmente se conhece como orações com predicado nominal, como em (37c):

(37c) O cara é inteligente pra kralho
(<http://acertodecontas.blog.br/atualidades/entrevista-com-o-lider-do-pcc-marcola/>)

Como se pode observar, o molde de predicação em (37c) é diferente dos apresentados anteriormente pelo fato de a propriedade que ele contém tomar a forma de um lexema adjetival, e não verbal. É o que Keizer (2015) chama de sentença copular. Observe-se, que, nesta predicação, o participante *o cara* não é entendido como argumento do verbo *ser* (que é apenas um elemento gramatical). Na verdade, o elemento descritivo que atua como predicado é o adjetivo *inteligente*. Estas distinções são captadas pela representação subjacente abaixo:

T	R
(37d) (e _i : [f ^c : (f _j : inteligente (f _j): [σ (f _j) (x _i) _U (f ^c))] (e _i))	

Algo que merece ser apontado também sobre (37c) é o fato de que tanto Hengeveld e Mackenzie (2008) quanto Keizer (2015) não integrarem esse tipo construção no âmbito das construções copulares juntamente com os moldes relacional, classificacional e identificacional. Este trabalho, no entanto, não vê razão clara para isso, já que todos estes moldes compartilham o aspecto em comum de terem um predicado não verbal que atribui propriedade a seu argumento, e, além disso, nota-se também a presença de um verbo funcional (gramatical) introduzido na morfossintaxe (não passível de representação semântica) para se codificar informações de tempo, modo e pessoa nestas construções, por exemplo.

Não concebendo, então, esse tipo de Estado de Coisas como um tipo especial de construção copular, a GDF o classifica necessariamente como um molde de um lugar, a par dos exemplos (36) e (37) acima. De que essa construção se trata de evento (estativo, é claro) com um participante, é inegável. Mas é igualmente inegável o fato (já observado) de que ela

possui traços semelhantes às outras construções copulares. Talvez uma possível solução para isso seja de fato integrar esse molde a essas construções e chamá-lo, por exemplo, de *molde (ou Estado de Coisas) qualificativo*, uma vez que, nele, há a atribuição de uma qualidade (positiva ou negativa) a uma entidade¹⁷.

Os molde de predicação de *dois lugares*, por sua vez, pode ser exemplificado por meio do seguinte exemplo:

- (38) O atacante chutou uma bola que resultaria num gol.
(<http://barradascomunicacao.wordpress.com/2013/09/10/voce-viu-massagista-evita-gol-durante-jogo-de-futebol/>)

Como se observa em (38), os moldes de predicação de dois lugares são aqueles nos quais há a descrição de um evento com dois participantes obrigatórios. No português brasileiro, esse tipo de construção toma tipicamente a forma da chamada construção transitiva (PERINI, 2016), uma construção na qual há dois constituintes, sendo que um age de algum modo sobre o outro. No caso de (38), *o atacante* recebe a função semântica de ativo e *uma bola que resultaria num gol*, de inativo. Assim, esse tipo de construção é associado aos Estados de Coisas dinâmicos. Mas a GDF também prevê moldes de dois lugares não dinâmicos, nos quais um dos participantes recebe a função semântica inativo e o outro, locativa (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 196), como no seguinte exemplo:

- (40) Ostinatto fica em San Telmo (<http://aliembuenosaires.com.br/>)

Em (40), *San Telmo* recebe a função semântica locativa, pois designa a localização do Estado de Coisas, e *Obstinatto* recebe a função inativa, uma vez que é entidade que ‘sofre’ a localização. Este tipo de construção é chamado por Castilho (2012) de sentença transitiva oblíqua. Uma análise um pouco mais detalhada de (39) e (40) é dada abaixo:

- T R R
- (39b) (e_i: [(f^c: (f_i: chutar (f_i)) (x_i: (f_j: atacante (f_j) (x_i))_A (x_j: —uma bola que resultaria num gol— (x_j))_U (f^c))] (e_i))

¹⁷ É preciso ressaltar que este trabalho não está tratando o problema como totalmente solucionado.

$$\begin{array}{ccc} & T & R \quad R \\ (40b) & (e_i: [f^c: (f_i: \text{ficar } (f_i)) (x_i)_U (l_i)_L (f^c)) (e_i)) \end{array}$$

A representação em (39b) pode ser assim lida: o Estado de Coisas (e_i) é restringido (nucleado) pela Propriedade Configuracional (f^c). Nesta configuração, (f_i) é um constituinte semântico que estabelece as relações entre (x_i) e (x_j), os participantes desse evento.

Considere-se agora um exemplo da *propriedade de três lugares*:

(41) O setor privado entregou ao governo uma lista de sugestões que
tornariam as debêntures mais atrativas
(<http://4mail.com.br/Artigo/ViewFenacon/004140000000000>)

Em (41), tem-se uma situação designada por uma propriedade e seus três participantes. Os predicadores que tomam três argumentos são chamados comumente nas gramáticas de predicados bitransitivos. Interessa pontuar também que, em algumas abordagens linguísticas, a configuração de (41) exemplifica o que se conhece por *construção ditransitiva* (GOLDBERG, 1995), que codifica um evento de transferência em sentido geral. Em termos de GDF, um Estado de Coisas como (41) pode ser analisado assim:

$$\begin{array}{ccc} & T & R \quad R \\ (41b) & (e_i: [(f^c: (f_i: \text{entregar } (f_i)) (x_i: \text{—setor privado— } (x_i))_A (x_j: \text{—lista de} \\ & \text{sugestões que tornariam as debêntures mais atrativas— } (x_j))_U (e_j: (f_j: \text{governo } f_j)) (e_j))_L (f^c)]) \\ & (e_i)) \end{array}$$

Em termos específicos, o que esta representação formal mostra é que, em (41b), tem-se um Estado de coisas (e_i) que é caracterizado por (f^c). (f^c), por sua vez, contém (f_i), que, ocupando o *slot* do predicado, toma como seus argumentos três unidades semânticas, que denotam indivíduos (x_i e x_j) e a categoria Estado de Coisas (e_j). E, como se trata de um evento dinâmico, os seus participantes desempenham diferentes papéis, a saber: ativo (x_i), inativo (x_j) e locativo (e_j). Ressalte-se o que foi dito anteriormente a respeito das funções semânticas em propriedade de três lugares: neste tipo de propriedade, a consciência cognitiva é

necessariamente refletida na gramática em termos dessas três funções. Pode-se concluir, então, que não existem Estado de Coisas com três participantes não dinâmicos, já que uma das características dos não dinâmicos é justamente a ausência do argumento ativo.

A seguinte ocorrência é ilustrativa da *propriedade relacional* no português:

(42) O texto acima é de Machado de Assis
(<http://www.vidaem poesia.com.br/linguagemtalento.htm>)

Como afirmado acima, a propriedade relacional ocorre quando o elemento predicator corresponde a um sintagma preposicional, que atribui alguma descrição sobre seu argumento único, que é sempre inativo (PEZATTI, 2017). Especificamente no caso de (42), o sintagma preposicional *de Machado de Assis* atribui uma propriedade ao seu argumento *o texto acima*. A esse tipo de construção, Perini (2016) dá o nome de construção estativa de lugar, enquanto Castilho (2012) a chama de sentença atributiva. Algo que não se pode deixar de apontar na configuração em (42) é a presença do verbo cópula *ser*. Na GDF, pode-se analisar este item como sendo vazio do ponto de vista semântico, no sentido de que ele não contribui descritivamente no Estado de Coisas designado em (42). Na verdade, o verbo *ser* figura nesses casos por causa de uma necessidade do português de se codificar noções de tempo, modo e aspecto. (42) pode assim ser representado:

T R R

(42b) $(e_i: [(f^c: (f_i: (x_i) (f_i)) (x_j: \text{—texto acima—} x_j))_U (f^e)]) (e_i))$

Note-se que, em (42), *de Machado de Assis*, como um todo, designa uma propriedade, mas, ao mesmo tempo, contém uma expressão referencial (*Machado de Assis*). Assim, na representação em (42b), coloca-se a variável (R) e a variável (T) para se captar essa natureza dupla da construção, como requerem Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 190).

No exemplo abaixo, tem-se a *propriedade classificacional*, também não dinâmica:

(43) Ron Clark é um professor temporário
([http://ensinotec.com/index.php?option=com_content&view=article&id=165:filme
&catid=27:posts&Itemid=73](http://ensinotec.com/index.php?option=com_content&view=article&id=165:filme&catid=27:posts&Itemid=73))

A predicação classificacional, como o próprio nome sugere, é aquela que atribui uma classe a um determinado participante. No caso de (43), descreve-se um indivíduo (*Rom Clark*) como pertencente a uma classe geral (a de professores temporários). Perini (2016) chama esse tipo de uso de construção estativa de qualidade. Como afirmado anteriormente, esse tipo de construção consiste de dois sintagmas nominais, sendo que um deles é indefinido (KEIZER, 2015, p. 137). Na GDF, uma predicação classificacional como (43) pode ser representada como:

$$\begin{array}{cc} \text{T} & \text{R} \\ (43b) (e_i:[f^: (x_i: \text{---professor temporário---} (x_i)) (x_j)_U (f^)]) (e_i) \end{array}$$

Note-se que, como diz Keizer (2015), os dois elementos que compõem o molde classificacional devem pertencer à mesma categoria semântica. Por isso ambos são marcados pela variável (x) na representação em (43b) (são indivíduos). Mas, apesar disso, do ponto de vista do uso (pragmático), eles não se referem à mesma entidade, já que um deles é um Subato de Atribuição (T) e o outro é um Subato Referencial (R). Como já ficou claro anteriormente neste trabalho, a GDF é um modelo com arquitetura modular que permite estabelecer uma coerente distinção entre o evocar/o fazer e o designar/o significar, isto é, entre o que de fato pertence à pragmática e o que de fato pertence à semântica.

A ocorrência seguinte ilustra a *propriedade identificacional* no português:

$$(44) \quad \text{Davenport} \quad \text{é} \quad \text{o} \quad \text{diretor} \quad \text{criativo} \quad \text{da} \quad \text{Ragdoll} \\ (\text{http://ahduvido.com.br/50-historias-do-lado-negro-dos-icone-pop-parte-2})$$

Assim como nas construções classificacionais, os dois elementos que compõem a construção identificacional também pertencem à mesma categoria semântica, no caso de (44) *indivíduos* (x), e são, tipicamente, sintagmas nominais. Mas uma diferença significativa entre estes dois moldes é o fato de, em construções identificacionais, os dois sintagmas serem definidos. Essa configuração pode ser entendida como um reflexo formal de que, funcionalmente, os dois elementos dentro do molde identificacional se referem à mesma entidade, isto é, são dois Subatos Referenciais (R). Como diz Pezatti (2017), baseada na GDF,

estas duas unidades representam modos alternativos de se ver a mesma entidade. Isso pode ser facilmente comprovado pelo fato de se poder reverter os dois constituintes em (44) sem acarretar problema semântico:

(44b) O diretor criativo da Ragdoll é Davenport.

Aponte-se ainda o fato de que, por justamente as duas expressões se referirem à mesma entidade, não há qualquer atribuição de propriedade entre elas. Assim, não há função semântica. (44) pode ser representado como:

R R

(44c) $(e_i: [f^*: (x_i: \text{diretor } (x_i)) (x_i) (f^*)]) (e_i))$

Para encerrar esta parte discussão, considere-se o seguinte exemplo, que é ilustrativo do *propriedade existencial* no português, o último tipo de Estado de Coisas discutido aqui:

(45) Não tem água gelada (<http://diariodoverde.com/o-que-sobrou-do-ceu/>)

Assim como as outras construções copulares, a existencial também possui um verbo mais esvaziado semanticamente (*ter*, nesse caso), funcionando como um *dummy*, inserido na morfossintaxe. Assim, (45) consiste, do ponto de vista representacional, de apenas uma unidade semântica que, não sendo argumento de nenhum predicado, não desempenha nenhum papel. Este exemplo é formalizado como 45b) abaixo:

R

(45b) $(\text{neg } e_i: (x_i: \text{—água gelada— } (x_i)) (e_i))$

8 QUADRO GERAL

Os moldes de predicação relevantes no português em termos de suas distinções valenciais quantitativas podem ser vistos panoramicamente no seguinte quadro, com exemplos repetidos por conveniência:

Valência	Exemplo	Representação simplificada
Propriedade de zero lugar	Chove muito.	$(e_1): (f_1) (e_1)$
Propriedade de um lugar	As focas diminuíram na região.	$(f^c: [(f_1) (x_1)] (f^c))$
Propriedade dois lugares	O atacante chutou uma bola que resultaria num gol.	$(f^c: [(f_1) (x_1) (x_2)] (f^c))$
Propriedade de três lugares	O setor privado entregou ao governo uma lista de sugestões que tornariam as debêntures mais atrativas	$(f^c: [(f_1) (x_1) (x_2) (l_1)] (f_c))$

Quadro inspirado em Keizer (2015, p. 131)

O quadro acima exhibe os moldes de predicação relevantes no português organizados por lexemas verbais. No que se refere aos moldes organizados por predicação não verbal (as construções copulares e a existencial), o seguinte quadro oferece uma visão geral:

Tipo	Exemplo	Representação simplificada
Relacional	O texto acima é de Machado de Assis.	$(f^c: [(f_1: (x_1)(f_1))(x_2)] (f^c))$
Qualificacional ¹⁸	O cara é inteligente pra kralho.	$(f^c: [(f_1) (x_1)] (f^c))$
Classificacional	Ron Clark é um professor temporário.	$(f^c: [(x_1) (x_2)] (f^c))$
Identificacional	Davenport é o diretor criativo da Ragdoll.	$(f^c: [(x_1) (x_1)] (f^c))$
Existencial	Não tem água gelada.	$(e_i: (x_1) (e_i))$

Quadro inspirado em Keizer (2015)

¹⁸ Relembre-se que alocar este tipo de molde no âmbito das construções copulares é uma proposta deste trabalho.

9 PREDICADOS COM ARGUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO COMPLEXA¹⁹

Como foi visto, na proposta de arquitetura semântica da GDF, há a clara distinção entre valência quantitativa (o número de participantes em um evento) e qualitativa (a categoria e a função semântica desses participantes). Nos Estados de Coisas mais típicos, os participantes prototípicos denotam indivíduos (x), que são entidades de primeira ordem (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 181). Há, no entanto, um conjunto de predicados que tomam complementos oracionais (*complement-taking predicate*) com representação superior à categoria Indivíduo (x). Nesses casos, segundo a GDF, não só categorias semânticas mais complexas do que indivíduos podem figurar na representação do complemento, mas também categorias interpessoais (pragmáticas). De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 363), os seguintes tipos de unidades (camadas) pragmáticas e semânticas podem ocorrer como argumentos de predicados que tomam complementos oracionais:

(46) Camadas interpessoais subjacentes a orações subordinadas

$$\begin{aligned} &(\pi M1: (\pi A1: [\dots (\pi C1: [(T1)(R1)] (C1): \Sigma (C1))](A1): \Sigma (A1))(M1): \Sigma (M1)) \\ &(\pi A1: [\dots (\pi C1: [(T1)(R1)] (C1): \Sigma (C1))](A1): \Sigma (A1)) \\ &(\pi C1: [(T1)(R1)] (C1): \Sigma (C1)) \end{aligned}$$

(47) Camadas semânticas subjacentes a orações subordinadas

$$\begin{aligned} &(\pi p_1: (\pi ep_1: (\pi e_1: (\pi f_1: [(f_2)(x_1)] (f_1): \sigma (f_1)) (e_1): \sigma (e_1)) (ep_1): \sigma (ep_1)) (p_1): \sigma (p_1)) \\ &(\pi ep_1: (\pi e_1: (\pi f_1: [(f_2)(x_1)] (f_1): \sigma (f_1)) (e_1): \sigma (e_1)) (ep_1): \sigma (ep_1)) \\ &(\pi e_1: (\pi f_1: [(f_2)(x_1)] (f_1): \sigma (f_1)) (e_1): \sigma (e_1)) \\ &(\pi f_1: [(f_2)(x_1)] (f_1): \sigma (f_1)) \end{aligned}$$

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 363), uma camada alta geralmente contém todas as baixas camadas e, dessa forma, a GDF oferece um suporte para se classificar construções subordinadas em termos das camadas mais altas que elas têm. E, se cada camada possui seu conjunto de operadores e modificadores (como foi dito na subseção *A representação subjacente das camadas*), é possível prever que operadores e modificadores

¹⁹ Embora não esteja sob o escopo deste trabalho, julgou-se necessário tecer alguns comentários acerca dos predicados que tomam complementos oracionais, a fim de mostrar como a formalização da GDF pode captar essas distinções.

que pertencem à camada mais alta subjacente à oração subordinada podem ser expressos nela, assim como os que pertencem às camadas mais baixas. A expressão de operadores e modificadores de camadas superiores à camada mais alta subjacente à construção, no entanto, é barrada pela hierarquia. Aponte-se que o tipo de camada semântica ou pragmática é determinada pela semântica do predicado da oração matriz.

Para dar um exemplo, considerem-se predicados que designam atitudes proposicionais ou crenças, como, por exemplo, *acreditar*. Segundo a GDF, estes tipos de predicados tomam como argumento Conteúdos Proposicionais (p). Observe-se o exemplo abaixo:

(48) O prefeito acredita que há uma ligação entre a situação do Calçadão de Ponta Negra com a queda do turismo nesse mês de julho?
(<http://102fmnatal.com.br/site/?p=4138>)

Tendo um predicado que toma um Indivíduo e um Conteúdo Proposicional como argumentos, (48) pode ser resumidamente assim representado:

(48b)

$(e_i: [(f^: (f_i: acreditar (f_j)) (x_i: (f_j: prefeito (f_j)) (x_i)) (p_i: (ep_i... (ep_i)) (p_i)) (f^)) (e_i)])$

Há também um conjunto de predicados que designam percepção que, tipicamente, tomam como argumentos Estados de Coisas (e) de núcleo configuracional, tais como *ver*. A complementação dos verbos de percepção do português brasileiro é bem descrita por Hengeveld *et al* (2019). Para ilustrar uma camada pragmática subjacente a uma oração completiva, considere-se o exemplo seguinte:

(49) Ela me disse que existem pessoas que em determinado momento de suas vidas têm que sair de cena (<http://001pontodevista.zip.net/>)

Em (49), o predicado *dizer* expressa transmissão de informações e, tendo essa natureza reportativa, toma como um de seus complementos um Conteúdo Comunicado (C), uma camada Interpessoal. Note-se que a construção subordinada, em (49), é a própria informação transmitida. A representação simplificada deste exemplo é dada em (49b):

(49b) (e_i : [f^i : (f_i : dizer (f_i)) (x_i) (C_i : —existem pessoas que em determinado momento de suas vidas têm que sair de cena— (C_i)) (f^i)) (e_i))

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, tentou-se fazer uma discussão sobre o fenômeno linguístico/gramatical da predicação, que já recebe tratamento em diversas abordagens na linguística teórica, tanto formais quanto funcionais. A discussão empreendida aqui tomou como base a proposta da arquitetura semântica da Gramática Discursivo-Funcional, de Hengeveld e Mackenzie (2008) e Keizer (2015), mostrando como esse modelo teórico lida com o fenômeno. Além disso, objetivou-se aplicar a proposta à descrição e análise de estruturas semânticas no português com exemplos de uso.

A discussão mostrou que, com a arquitetura semântica da GDF, pode-se postular os seguintes tipos de predicação no português: propriedade de zero lugar, propriedade de um lugar, propriedade de dois lugares, propriedade de três lugares, propriedade relacional, propriedade classificacional, propriedade identificacional e propriedade existencial. Um olhar mais crítico, no entanto, revela que pode ser mais coerente alocar um dos molde de um lugar previstos pela GDF no âmbito das construções copulares no português, já que, como estas, esse molde é caracterizado por uma propriedade não verbal e recebe suporte da cópula para informações gramaticais. Assim, propõe-se, então, a possibilidade de chamar essa configuração de *molde (ou Estado de Coisas) qualificativo*.

10 REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- CASTILHO, A; KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do. **Gramática do português culto falado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- FOLEY, William A; VAN VALIN, Robert D. **Functional Syntax and Universal Grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

FURTADO DA CUNHA DA, Maria Angélica; MEDIANEIRA DE SOUZA, Maria. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

GOLDBERG, A. E. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. E. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: OUP, 2006.

HATTNHER, Marize M. Dall'aglio; HENGVELD, Kees. **The Grammaticalization of Modal Verbs in Brazilian Portuguese: A Synchronic Approach**. Journal Of Portuguese Linguistics, Lisboa, v. 15, p.1-14, 12 jan. 2016.

HENGVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGVELD, K. **A hierarchical approach to grammaticalization**. In: HENGVELD, K.; NARROG, H.; OLBERTZ, H. (Ed.) *The grammaticalization of tense, aspect, modality and evidentiality from a functional perspective (Trends in Linguistics)*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2017.

HENGVELD, Kees. **The grammaticalization of tense and aspect**. In: Bernd Heine & Heiko Narrog eds, *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 580-594, 2011.

HENGVELD, Kees. **Layers and operators in Functional Grammar**. Journal of Linguistics 25.1, 127-157, 1989.

KEIZER, E. **Functional Discourse Grammar for English**. United Kingdom: Oxford University Press, 2015.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PERINI, Mário A. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PEZATTI, Erotilde Goreti. **Sintaxe descritiva da língua portuguesa: Gramática Discursivo- Funcional**. São José do Rio Preto, 2017. (Apostila Didática).

PEZATTI, E. G; CAMACHO, R. G; DALL'AGLIO HATTNHER, M. M (organizadores). **Construções subordinadas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional**. 1ª ed. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2021.

POLLOCK, Jean-Yves. **Verb movement, Universal Grammar, and the Structure of IP**. Linguistic Inquiry 20: 365-424, 1989

TESNIÈRE, L. **Eléments de syntaxe structurale**. Paris: Klincksiek, 1959.

RAPOSO, E. **Teoria da Gramática: A faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho. 2013.

